

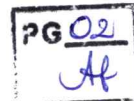
Of. nº. 253/2021

São Francisco de Assis, 23 de junho de 2021.

Exmº. Sr.

Antonio Eberton Luiz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de São Francisco de Assis



Assunto: Projeto de Lei nº. 29/2021

Ao cumprimentá-lo cordialmente, submeto para apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que altera o *caput*, do artigo 127 da Lei nº. 55/2003 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais e dá outras Providências.

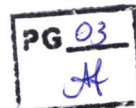
A Administração Pública, e seus atos de gestão, estão adstritos à legalidade para que seus efeitos sejam considerados válidos. O princípio da legalidade é um dos mais importantes no Direito Constitucional. Bandeira de Mello considera-o princípio capital para a configuração do regime jurídico-administrativo, e que este é a essência do estado de direito, pois lhe dá identidade própria. Constitui-se como matriz da atuação da Administração Pública.

De igual forma, resta aplicável ao caso em exame o princípio da supremacia do interesse público, para que o ato seja revestido de legitimidade quanto aos fins a que se destina, visando atingir o bem comum da coletividade, não apenas o interesse individual ou grupos específicos.

A Lei Municipal nº. 55/2003 - Regime Jurídico, em seu artigo 127, fixa a condição para eventual cedência, cessão ou permuta, nos termos do instrumento específico firmado, exclusivamente para servidor efetivo do quadro municipal. Portanto, na redação atual, os estágios probatórios encontram-se excluídos.

Contudo, muito embora não esteja ainda configurada a condição funcional de efetivo ou de estável, nos termos da previsão legal acima, a pessoa

física em estágio probatório já adquire a condição de servidor a partir de sua nomeação.



O estágio probatório é um período de tempo no qual o servidor público é avaliado pelos seus superiores. A avaliação começa justamente após a posse e o começo do trabalho. No art. 21 da Lei estatutária é especificado como funciona o estágio probatório e como o Município espera que os servidor realize as funções do seu cargo. Segue o texto legal:

Art. 21. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objeto de avaliação por Comissão Especial designada para esse fim, com vista à aquisição da estabilidade, observados os seguintes quesitos:

Portanto a própria norma que regula o estágio probatório trata o nomeado como servidor.

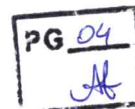
O presente Município objetiva fixar regras legais para a ampliação da possibilidade de cessão, cedência ou permuta, atualmente restrita do quadro efetivo.

Ademais, no tocante a matéria, imperioso destacar que se pacificou o entendimento de ser possível a cessão facultativa, ou seja, a título de colaboração, de servidores ocupantes do quadro permanente entre entidades da Administração, a ser formalizada, em regra, mediante convênio que preveja o ônus correspondente, amparada em lei permissiva. Tal exigência está prevista na Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a necessidade de prévia autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e /ou na Lei Orçamentária Anual.

No âmbito da União, o afastamento do servidor para servir a outro Órgão ou Entidade encontra-se disciplinado no art. 93, da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.



Este mesmo diploma legal, no art. 20, §3º, estabelece ainda a possibilidade de cessão de servidores públicos que não cumpriram todo o período do estágio probatório, desde que a cedência ocorra nas hipóteses previamente fixadas pela norma local.



Com efeito, havendo lei permissiva neste sentido, não há óbice para que um servidor público em estágio probatório seja cedido para outro órgão, desde que dentro das hipóteses legais previstas. O termo de convênio deverá dispor de todos os ajustes necessários.

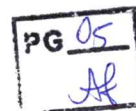
Por fim, a única alteração legislativa a ser produzida é a exclusão dos termos “efetivo” e “estável” do estatuto local, para que as previsões expressas ao conjunto dos servidores seja aplicada.

As hipóteses de cessão permanecerão aos mesmas, as quais se encontram previstas nos incisos I ao III do artigo 127 do Estatuto Local, quais sejam: para o exercício de função de confiança; em casos previstos em leis específicas e para cumprimento de convênio.

Assim, mediante essas considerações, submeto o presente Projeto de Lei para apreciação e votação desta Casa Legislativa, esperando que os Ilustres Edis o acolham, aprovando-o integralmente.

Sendo o que se apresentava para o momento, renovo votos de estima e consideração.


Paulo Renato Cortelini
Prefeito Municipal



Projeto de Lei nº. 29/2021

ALTERA O ARTIGO 127 DA LEI Nº. 55/2003 – REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Paulo Renato Cortelini, Prefeito Municipal de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O *caput* do artigo 127 da Lei nº. 55/2003, constante no CAPÍTULO V – DO AFASTAMENTO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 127 – O servidor público poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em

Paulo Renato Cortelini
Prefeito Municipal